

# REFLETIR NA/SOBRE A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA COM CRIANÇAS: UMA EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS BOLIVIANAS NA PRAÇA KANTUTA

## REFLECTING UPON THE CONSTRUCTION OF RESEARCH WITH CHILDREN: AN EXPERIENCE WITH BOLIVIAN CHILDREN AT PRAÇA KANTUTA

Júlia Audi Feigenblatt 1

**Resumo:** A partir da minha pesquisa de mestrado intitulada *Entre São Paulo e Bolívia: a vida na cidade narrada pelas crianças bolivianas na Praça Kantuta*, este artigo propõe uma reflexão sobre alguns aspectos da pesquisa com crianças e crianças imigrantes. Com foco na entrada e permanência em campo, trata das relações estabelecidas entre pesquisadora e crianças e da constante reflexão e autorreflexão necessárias à construção de uma pesquisa ética comprometida em conhecer as vidas e percepções das crianças, valorizando o conhecimento que elas possuem e produzem. Para tanto, mescla relatos de campo com reflexões metodológicas, mais especificamente sobre o uso do desenho e da fotografia como métodos de pesquisa além de discutir as relações estabelecidas em campo e os desafios de entrar e estar em campo.

**Palavras-chave:** Pesquisa com Crianças. Imigração. Infância e Cidade.

**Abstract:** Drawing up from my masters research, titled *Between São Paulo and Bolivia: life in the city as told by Bolivian children at Praça Kantuta*, this paper proposes a reflection on some aspects of research with children and immigrant children. Focusing on approaching and being on field, it deals with established relationships and the constant reflection and self-reflexion which is necessary for building an ethical research, one that is truly striving to get to know children's lives and perceptions, valuing the knowledge they own and produce. For that purpose, it mixes field reports with methodological reflections (mainly on the use of drawings and photography as research methods), as well as with relationships built on field and the challenges of entering and being on field.

**Keywords:** Research with Children. Immigration. Childhood and City.

## Introdução

Em minha opinião, a importância da antropologia reside precisamente no seu potencial de educar e, através dessa educação, de transformar vidas – as nossas próprias e as daqueles entre os quais trabalhamos. Mas esse potencial apenas se concretizará se estivermos dispostos a aprender com eles. E não aprenderemos nada se não os levarmos a sério (INGOLD, 2019, p. 13).

Início este artigo com esta citação de Tim Ingold, pois acredito que ela constitui um ponto base para a pesquisa com crianças: levá-las a sério. Muito tem sido produzido sobre metodologias de pesquisa com crianças e quais seriam as diferenças entre elas e as pesquisas com adultos, no que se refere à escolha de métodos, relações de poder, consentimento e tantas outras questões que as permeiam. O ponto central, entretanto, não é diferente daquele da pesquisa com adultos e diz respeito à relação que estabelecemos com aqueles com os quais fazemos pesquisa, o respeito, a valorização e a escuta. O problema é que, como sociedade, não estamos acostumados a levar as crianças a sério, frequentemente subestimando sua capacidade de expressão e percepção de mundo.

Este artigo traz reflexões sobre metodologias de pesquisa com crianças a partir da minha pesquisa de mestrado intitulada “Entre São Paulo e Bolívia: a vida na cidade narrada pelas crianças bolivianas na Praça Kantuta” (FEIGENBLATT, 2020), realizada na Universidade de São Paulo entre 2017 e 2019. Aqui optei por tratar de algumas questões vividas durante a entrada e permanência em campo e não da análise dos dados coletados.

Vindo da sociologia da infância, parti dessa ideia da criança marginalizada, excluída da sociedade, da cidade, da pesquisa, não ouvida. Mas, dentro do mesmo campo, a partir da ideia de diferentes infâncias, me perguntava se todas as crianças seriam excluídas e de que forma; quais eram essas crianças que não vemos e que não ouvimos.

Para além desta busca pelas crianças e de seu protagonismo, me vi também inserida em outro contexto mundial no que se refere à globalização e principalmente aos processos migratórios. Temos vivido nos últimos anos diversas questões relacionadas à crise de refugiados provocadas por guerras, diásporas, condições de extrema pobreza, entre outros. Saskia Sassen (2014), denomina estes movimentos de “expulsões”, e propõe que paremos de pensar esses problemas como simples agravamento de situações já existentes e sim em termos de uma ruptura radical que gera novos significados.

A noção de expulsões nos leva além da ideia mais familiar da desigualdade crescente como uma maneira de capturar as patologias do capitalismo global dos dias de hoje. Além disso, traz ao primeiro plano o fato de que formas de conhecimento e inteligência que respeitamos e admiramos estão frequentemente na origem de longas cadeias de transação que podem culminar em simples expulsões. (SASSEN, 2014, p. 1, tradução minha)

No contexto brasileiro e, mais especificamente, em São Paulo, onde vivo, a imigração boliviana havia ganhado muita atenção da mídia nos anos 2000, principalmente no que dizia respeito às situações de precariedade e trabalho escravo em oficinas de costura (CHAIM, 2001). Além disso, tal fenômeno havia sido foco de alguns trabalhos de pesquisa em diversas áreas, da Antropologia à Medicina (FAVARETTO, 2012; TIMÓTEO, 2011; WEINERT, 2015). Apesar dessa grande atenção, as crianças continuavam praticamente invisíveis, com apenas algumas pesquisas feitas exclusivamente na área da educação. Assim, optei por pesquisar com crianças bolivianas, buscando entender suas visões acerca de seu processo migratório e a construção da sua relação com a nova cidade e seus sonhos para o futuro.

A Praça Kantuta, localizada no bairro do Pari, na zona norte da cidade de São Paulo, desde 2001 recebe aos domingos uma feira de produtos bolivianos, como comidas, roupas, tecidos entre outros. Além de ser palco de diversas manifestações culturais como festas religiosas, comemorações de datas históricas, apresentações de dança e música, é um local importante de encontro da população boliviana em São Paulo e, portanto, foi escolhida como local para a pesquisa de campo.

Partindo de reflexões sobre imigração, a questão da alteridade me inquietava: por que não nos reconhecemos nos outros? Como é possível que olhemos para outros seres humanos como inimigos a ponto de deliberadamente os deixarmos em condições degradantes? Voltando-me para as questões com as quais teria de me defrontar ao longo da pesquisa em relação a essa questão, entendi que dentro da pesquisa as crianças imigrantes se constituíam duplamente como outros a partir do meu ponto de vista: o outro criança e o outro imigrante. Mais ainda, estaria adentrando um território que não era meu e seria eu mesma uma estrangeira. Como então poderia pensar as minhas ações e o meu olhar para esse outro com quem me preparava para pesquisar? Assim, me aproximei da Antropologia, que lida com essas questões de alteridade dentro da pesquisa há muitos anos e que ao longo deste longo trajeto foi obrigada a repensar diversas vezes sua posição e seu olhar.

### **Ao fazer uma distinção entre a antropologia e a etnografia<sup>1</sup>, Tim Ingold propõe que o objetivo da Antropologia é:**

buscar um entendimento generoso, comparativo, não obstante crítico, do ser humano e do conhecimento em um mesmo mundo no qual todos nós habitamos. O objetivo da etnografia é o de descrever as vidas das pessoas que não nós mesmos, com uma precisão e uma afiada sensibilidade através da observação detalhada e da experiência de primeira mão (INGOLD, 2015, p. 1).

Ele destaca também que o envolvimento é parte essencial do fazer antropológico e não se dá “pela objetificação dos outros, mas prestando atenção a eles, vendo o que fazem e escutando o que dizem” (INGOLD, 2019, p. 12). José de Souza Martins, em seu texto sobre o que C. Wright Mills denominou “artesanato intelectual” (2013), aponta a necessidade de respeito e valorização da sabedoria do grupo estudado sobre suas próprias vidas, quando diz que “frequentemente, mais do que informantes, as pessoas às quais recorreremos para conhecer sociologicamente a sociedade que estudamos são nossas colaboradoras, enriquecendo nossa sociologia com sua visão vivencial e crítica” (MARTINS, 2013, p. 29). Assim, construímos um estudo *com* as pessoas e não *sobre* elas.

O artesanato intelectual proposto por Mills é, segundo Martins, um fazer pensando, que incluiria também a criação “de técnicas de pesquisa e abordagem ajustadas à natureza do tema e do objeto” e o que ele denomina prontidão: prontidão para o inesperado, prontidão para a escuta, prontidão para o olhar, prontidão e curiosidade. O artesanato intelectual é uma troca. “Sem interação não há como situar e compreender; situar-se e compreender-se no outro” (idem, p. 35).

De acordo com Peixoto (2011), o escritor e etnógrafo Michel Leiris afirma que “o olho do etnógrafo está preparado para ver (e conhecer) porque se associa aos demais sentidos e sentimentos” (p. 206). Dessa forma, para utilizá-lo, é necessário um exercício reflexivo e autorreflexivo, perguntar-se “quem sou eu?”. Além disso, a partir das ideias propostas por Fraya Frehse (2013) sobre autoetnografia, entendi que esse fazer pensando e a prontidão significava também refletir constantemente sobre mim mesma e minha posição na pesquisa, sobre as minhas ações, além de sobre a escolha de métodos. Estar atento e refletir constantemente

<sup>1</sup> Entendo que a discussão sobre cada um destes termos é ampla dentro do campo da antropologia. Aqui, apresento apenas a concepção de Ingold, buscando aproximar-me mais do significado do que do conceito em si.

significa não tomar nada como dado e estar preparado para as mudanças que se impõem. Tal tarefa pode ser bastante difícil para nós pesquisadores que vamos a campo com projetos estruturados e prazos definidos.

Apesar de todas essas discussões estarem postas e descritas em diversos textos, ao longo da pesquisa senti falta de textos que contassem um pouco mais sobre esse percurso, sobre as dificuldades encontradas e as construções que se seguiram. Sentia que ao ler os textos, tudo parecia ter corrido como planejado, de forma bastante tranquila, com pouco ou nenhum percalço. Sentia-me sozinha e incapaz com minhas dúvidas e angústias, o que aos poucos descobri ser algo pelo qual passam muitos pesquisadores. Compartilho então aqui algumas reflexões que surgiram ao longo da minha pesquisa.

### Pontos de partida

Assim, parti para a Praça Kantuta com a proposta de me sentar com materiais de desenho e esperar uma aproximação das crianças. A partir do enriquecimento mencionado por Martins (2013), que seria constituído a partir da diversidade de técnicas, selecionei diferentes linguagens buscando permitir que as crianças se expressassem como preferissem ou sentissem confortáveis. Além de entender que uma pluralidade de métodos poderia aprimorar o material coletado para análise, uma vez que cada um oferece diferentes possibilidades e limitações. Outra reflexão importante a ser feita dizia respeito às relações de poder entre pesquisadora e pesquisados e assim, a ideia era estar aberta para recusas e novas sugestões de métodos feitas pelas crianças, ajustando os métodos como discute Martins (2013). A partir da ideia de assumir a postura de “Adulto incomum” tal como exposto por Christensen (2004) e Corsaro (2005) me propunha também a adotar essa postura, mostrando-me verdadeiramente interessada em conhecer suas visões e suas vidas, refletindo e negociando a todo momento minha posição, além de reconhecer também a posição de poder das crianças dentro da pesquisa.

A princípio escolhi ,como método de pesquisa, desenhos e fotografias. O desenho foi uma das linguagens escolhidas, pois, como proposto por Gobbi (2012, p. 136), “Concebendo a criança como construtora de culturas, seus desenhos podem ser vistos como suportes que revelam aspectos diversos das próprias culturas nas quais está inserida”, constituindo-se dessa forma como documentos históricos. Segundo a autora, olhar para os desenhos como fontes documentais:

não significa que possam ser vistos como cópias da realidade, equívoco ainda muito cometido. Como verdade iconográfica, não é expressão de neutralidade ou do todo ali representado. É invenção, fantasia, guarda elementos da imaginação e, por que não do cotidiano vivido e sentido pelas meninas e meninos? (GOBBI, 2014, p. 154)

Além disso, esta é uma forma de expressão familiar e muito usada pelas crianças em nossa sociedade, a partir da qual poderiam se expressar livremente, sem temas preestabelecidos. A partir de suas falas no momento em que desenhavam também é possível nos aproximarmos das formas como elas percebem o mundo, além de desvincular a análise deste da visão do adulto.

A proposta era montar um espaço de desenho convidativo, com materiais através dos quais as crianças pudessem se expressar livremente, e que a partir dos desenhos feitos e das conversas sobre eles ou dos assuntos que surgissem durante sua elaboração, eu pudesse identificar alguns temas importantes para as crianças.

O uso de fotografias foi igualmente escolhido partindo do pressuposto de que este poderia revelar o olhar das crianças e suas experiências. Gobbi (2013, p. 4) afirma:

a importância de considerar as fotografias também como textos imagéticos que informam sobre as relações estabelecidas entre meninos e meninas nos diferentes espaços, com outras crianças e com os adultos, ao mesmo tempo em que informam sobre as próprias meninas e meninos e sua capacidade inventiva de criar imagens fotográficas, fazer escolhas e investigações sobre os assuntos escolhidos.



Para chegar a ela era preciso tomar o metrô e foram alguns finais de semana seguidos em que cheguei até a entrada da estação e desisti. Foi preciso que um amigo se dispusesse a me acompanhar para que eu pudesse fazer esse primeiro movimento de aproximação. Nas primeiras visitas apenas observava e não conseguia permanecer na praça por muito tempo.

O leitor me perdoe, mas se coloco aqui essa dificuldade e me exponho, não é por acaso. Ao longo da pesquisa, as falas de alguns colegas descrevendo dificuldades semelhantes me ajudaram a entender também que esse artesanato intelectual citado por Martins, a troca ou a autoetnografia de Frehse, significavam também perceber minhas próprias dificuldades como parte da pesquisa. E mais ainda, como algo que não era só meu. Aproximar-se desse espaço do outro, exige cautela e respeito e exige uma movimentação interna que não pode ser ignorada. Se questionamos a objetividade das fotografias e dos relatos antropológicos por entender que toda observação parte de uma perspectiva, é preciso também que compartilhem as angústias que fazem parte deste pesquisar, que invariavelmente serão diversas, mas, ao compartilhá-las, podemos entender que fazem parte desse processo.

O fazer pensando se tornava mais intenso a cada passo. Para além do olhar atento, descritivo e reflexivo proposto por Clifford Geertz (1973) e ressaltado diversas vezes nos escritos sobre antropologia, ao caminhar pela Rua Pedro Vicente, que nos leva da Estação Armênia até a Praça Kantuta, estava atenta também a outra questão. Em uma de minhas leituras sobre esse lugar do outro que me ficou tão caro, me encontrei com Todorov (1996), que apesar de tratar sobre expedições tem muito a dizer sobre quando nos encontramos com culturas que não conhecemos e sobre nossa disposição por conhecê-las de fato. Quando trata sobre o encontro de Colombo com ameríndios ele descreve como este buscava encaixar tudo o que via em suas expectativas prévias, tomando como realidade e se relacionando com um mundo que só existia em suas próprias ideias. Estas palavras de Todorov são importantes para entender o quanto nossas ideias preconcebidas modificam nossa capacidade de observação e percepção, que são o principal instrumento do etnógrafo e já naquele primeiro momento me deparei com alguma das minhas.

Fiquei surpresa ao perceber a paisagem da região, composta por pequenos estabelecimentos comerciais e grandes avenidas. Esperava avistar já neste caminho a população boliviana, mas o que encontrei foi uma paisagem tipicamente paulistana, um pouco inóspita, de pontes, rios poluídos, avenidas e poucas pessoas circulando. Depois de cruzar a Avenida Cruzeiro do Sul o cenário começava a mudar um pouco.

Ali já era possível avistar alguns ambulantes nas calçadas e apesar de os produtos (roupas, eletrônicos, brinquedos) não serem tipicamente de nenhum lugar<sup>2</sup>, os vendedores eram claramente estrangeiros. Na maior parte das vezes por trás das mesas ou tecidos com os produtos expostos havia um núcleo familiar (pai, mãe e filhos), e os vizinhos ambulantes se engajavam em longas conversas. Ao lado esquerdo, um pouco adiante, um grupo de jovens bolivianos uniformizados ensaiava uma dança e de lá já era possível avistar o conjunto de barracas que rodeava a praça. Me surpreendi novamente ao notar que as primeiras barracas ofereceriam pratos da culinária peruana, como *ceviche* e *lomo saltado*.

A feira acontece aos domingos das 11h às 19h e oferece barracas de comidas típicas (como *salteñas*, *sopa de mani*, *pique* ou *salchipapas*); produtos típicos (como chás, batatas, pimentas e diferentes tipos de grãos e enlatados) e vestuário (bolsas, casacos e tecidos com padrões tradicionais).

Além dos produtos tradicionais, há também diversos serviços, como cortes de cabelo, fotos e envio de dinheiro, bem como uma barraca que oferece suporte para imigrantes, como dicas de cursos de língua e formação, e até ofertas de emprego. Na feira acontecem também ensaios de grupos de dança, como o *Salay* e torneios de futebol na quadra, que ocupa o centro da praça. Tanto a dança quanto o futebol foram destacados pelas crianças como práticas importantes para a caracterização da feira. Uma de suas marcas é também o fato de que lá acontecem diversos festivais e atividades culturais, como o carnaval e aniversários dos diferentes departamentos da Bolívia, como Oruro, Cochabamba e La Paz. Mesmo nos dias em que não há

2 Refiro-me aqui a produtos inseridos em um modo de produção de um mundo capitalista e globalizado, facilmente encontrados em diversos lugares e que, apesar de serem aparentemente sem identidade, denotam uma forte identidade global e híbrida.

festividades, a música andina está presente, compondo a atmosfera do local junto ao som do castelhana, falado pela maior parte dos transeuntes.

Há também um espaço destinado às crianças: além dos brinquedos fixos da praça como balanços e escorregadores feitos de madeira, há também um espaço montado especialmente para elas aos domingos, com brinquedos infláveis como escorregadores, piscina de bolinhas e cama elástica, que costumam ser montados próximo aos brinquedos fixos da praça, mas tem a entrada paga.

De acordo com Silva (2016), cerca de duas mil pessoas frequentam a praça em domingos comuns, podendo atingir até cinco mil em dias de festa. Ao longo da pesquisa, no entanto, foi visível a diminuição no fluxo de frequentadores, e na conversa com os organizadores, estes declararam a intenção de se trazer mais turistas<sup>3</sup> para a feira. Nos dias de festa, como carnaval, dia das mães ou aniversário de Cochabamba, no entanto, a feira fica cheia, ficando até difícil se locomover em alguns momentos.

Ao me aproximar daquele espaço surgia também o entendimento de que naquele espaço em que eu buscava esse encontro com o “outro”, era eu mesma o “outro” que chegava. A Praça Kantuta, como descrito pela mãe de uma das crianças participantes “É um cantinho da Bolívia aqui”. Naquele espaço, o estrangeiro era eu. O estranho, como propõe Martins (1993), era eu.

Este primeiro momento de aproximação foi muito importante para que eu pudesse me questionar a respeito de alguns preconceitos e visões estereotipadas que tinha sobre a comunidade boliviana e sobre a ocupação da Praça Kantuta. Um aspecto que me chamou bastante a atenção foi perceber como as crianças se locomoviam com bastante independência naquele espaço, estando muitas vezes desacompanhas de adultos.

Para montar o cantinho de desenho, com o qual havia proposto me aproximar das crianças, comprei um tecido grande em uma das barracas na feira, estendi-o no chão e organizei os materiais de desenho sobre ele, e logo algumas crianças se aproximaram, perguntando o que eu estava fazendo e pedindo para desenhar. As reflexões e questionamentos não paravam. Perguntei-me naquele momento se o fato do tecido trazer estampas com motivos bolivianos aproximaria ou afastaria as crianças da proposta que eu fazia. Será que eu podia utilizar-me destes tecidos, ou estranhariam que eu estivesse me apropriando de algo que não era meu? Para a minha sorte as crianças vieram e em nenhum momento me questionaram sobre a utilização dos tecidos. Porém nesse primeiro momento sentia os olhares curiosos, pessoas que me observavam de longe, sem se aproximar. Outras que se aproximavam para perguntar o que eu estava fazendo ali.

A partir desse primeiro contato, também percebi que precisaria mudar o foco da minha pesquisa, pois encontrar crianças que tinham vindo recentemente da Bolívia para cá, com idade suficiente para falar sobre esse percurso e suas memórias seria mais difícil do que eu havia antecipado. Foi no encontro com as crianças nos cantinhos de desenho que pude reformular a minha questão. Uma das questões que surgiram nesse início foi o fato de que poucas crianças compareciam à praça com frequência e, menos ainda, se aproximavam do cantinho de desenho. Observei, entretanto, que, apesar de alguma variação das crianças que se aproximavam para desenhar, havia um pequeno grupo que sempre permanecia, filhos de feirantes da praça. Esse grupo de crianças, apesar de pequeno, estava sempre ali; tínhamos estabelecido um vínculo, eles me cobravam quando por algum motivo eu não ia algum domingo, me faziam sugestões de novos materiais para comprar, me ajudavam a arrumar os tecidos quando eu chegava e quando ia embora, já tinham me contado muito de suas vidas e perguntado também sobre a minha.

Assim modifiquei a minha questão, buscando então compreender a percepção das crianças bolivianas, filhas de trabalhadores da Praça Kantuta, acerca de suas vidas na cidade de São Paulo<sup>4</sup>. A nova proposta era identificar os temas que surgiriam a partir da pesquisa, nas conversas com as crianças. A pergunta então se tornou: Com quais fios se formam a tessitura desta vivência das crianças em sua vida na cidade? Quais narrativas constroem acerca de suas

<sup>3</sup> Forma como se referem a nós, não bolivianos.

<sup>4</sup> Quatro das crianças participantes da pesquisa tinham em torno de oito anos e uma quatro.

experiências?

### Ouvir as crianças: A realidade do campo

Uma das grandes discussões a respeito da pesquisa com crianças diz respeito à ética e ao consentimento e envolve também, como mencionado anteriormente, o reconhecimento das relações de poder que existem entre pesquisador e pesquisado e que se intensificam quando a pesquisa é feita com crianças (ALDERSON, 2005; CHRISTENSEN, 2004; KRAMER, 2002; PUNCH, 2002; ROBERTS, 2008).

Assim, uma das questões que me afligiam era como explicar para as crianças o que eu estava fazendo ali: Eu precisava informar a todos que se aproximassem sobre a pesquisa, mesmo sendo apenas uma primeira aproximação? Como fazer para deixar claro o que eu estava fazendo? E como faria para juntar os desenhos feitos por eles? Teria que pedir para ficar com eles? (COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA DA FEUSP, [s.d.]; ROBERTS, 2008)

Antes da mudança de tema e da escolha dos participantes, ainda naqueles primeiros dias de visita à praça, decidi que explicaria o que estava fazendo a todos os que se aproximassem, convidando-os a desenhar. Porém sentia que algumas crianças não estavam muito interessadas no que eu tinha para dizer. Talvez porque não entendessem, talvez porque de fato estivessem mais interessadas em saber se poderiam desenhar também. Por outro lado, havia também aquelas que, antes mesmo de eu explicar, me questionavam sobre o motivo de eu estar ali. Notei que o fato de eu ser professora era a parte da resposta que mais aplacava seu questionamento. Algumas vezes, chegavam tantas crianças ao mesmo tempo, que eu já não sabia mais o que havia dito para quem, ou quem havia conseguido ouvir o que eu disse. Ao terminarem os desenhos, perguntava a cada um se eles gostariam de levá-los embora ou que eu os guardasse. Para minha surpresa, as crianças neste início, invariavelmente responderam que gostariam que eu os guardasse, e com isso resolvi uma das minhas questões. A pasta que eu levava para guardar esses desenhos tornou-se como um acervo para aqueles que participaram da pesquisa mais intensamente. Era comum que chegassem pedindo para continuar ou ver novamente algum desenho que haviam feito. Ao longo de todo o percurso, poucas vezes as crianças escolheram levar algum desenho para casa e na maior parte das vezes esse pedido era feito por crianças que estavam frequentando a praça apenas naquele dia, uma vez que mesmo depois de selecionados os participantes da pesquisa, o cantinho continuava aberto para quem quisesse participar.

Um problema que eu não havia antecipado foi o fato do chão da praça ser bastante irregular, o que dificultava bastante o feitiço dos desenhos pelas crianças, principalmente ao usar lápis de cor. Apesar disso as crianças continuavam a desenhar. Para tentar minimizar esse problema, passei a levar mais canetinhas e giz pastel, que riscam mais fácil os papéis. Além disso, a ocupação das pessoas na praça - como a música alta, ou a quantidade de pessoas passando - algumas vezes atrapalhava a conversa com as crianças, ou os desenhos que estavam fazendo. Para isso as crianças tinham uma boa solução: conhecedores da praça, depois de estabelecido o grupo, começaram a sugerir outros locais na praça, buscando um espaço mais plano, com menos pedregulho e mais silenciosos ou resguardados, para realizar os desenhos.

Ainda pensando sobre o consentimento das crianças, Sônia Kramer (2002) nos propõe a seguinte reflexão:

quem autoriza a participação, o nome, a gravação? Quem autoriza a utilização de fotografias? Sabemos que é o adulto, e concordamos que é necessário que assim seja, mais uma vez para proteger as crianças, para evitar que suas imagens sejam exploradas, mal-usadas. Mas, se a autorização quem dá é o adulto, e não a criança, cabe indagar mais uma vez: ela é sujeito da pesquisa? Autoria se relaciona a autorização, a autoridade e a autonomia. Pergunto: como proteger e ao mesmo tempo garantir autorização? Como resolver esse impasse? (p. 53).

Foi pensando nisso que decidi que pediria primeiro o consentimento das crianças e depois de seus pais. Desta forma, após a escolha dos participantes da pesquisa, era necessário

refazer o convite de participação, uma vez que agora a pesquisa tomaria um novo caráter que de fato implicava usar o que as crianças diriam, seus desenhos e fotografias. Entendi que antes de falar com seus pais era preciso perguntar a elas se gostariam de participar dessa nova etapa, o que implicava deixar mais claro minhas intenções.

Contei a eles que estava pesquisando sobre a vida de crianças bolivianas na cidade de São Paulo e que queria saber um pouco sobre a Bolívia e o que gostavam de fazer por aqui e que isso seria feito através de fotos, conversas, desenhos, entre outras coisas que poderíamos combinar. Também busquei esclarecer que poderiam a qualquer momento decidir que não gostariam mais de participar ou apenas não querer participar em algum dia ou proposta feita por mim.

As crianças ficaram empolgadas, buscando compreender e colocar em suas próprias palavras o que era uma pesquisa.

“Uma pesquisa é tipo detetive?”

“É, vamos fazer uma investigação!”

Como a proposta na utilização dos desenhos e das fotografias incluía a fala das crianças sobre eles, tanto enquanto os produziam quanto posteriormente, e eu havia descoberto nas visitas iniciais que anotar qualquer coisa enquanto estava com as crianças era bastante difícil (além de me sentir um pouco estranha ao fazê-lo), decidi usar o gravador como forma de registrar o que era dito durante os encontros. Apresentei-o às crianças, perguntando se poderia gravar nossas conversas e explicando que se não quisessem ter alguma fala gravada poderiam dizer, ou simplesmente desligá-lo, mostrando a eles como fazê-lo. Nos primeiros encontros às vezes me perguntavam: “Tá gravando?”, mas em nenhum momento me pediram para desligá-lo e nem o fizeram eles mesmos. Pareceu-me, inclusive, que o fato de estar gravando conferia àquele momento e às suas falas alguma importância, que pareciam gostar.

Christensen (2004) e Mayall (2008) chamam a atenção para o fato de que o espaço em que as conversas ocorrem podem interferir nas respostas dadas pelas crianças, na medida em que se sentem mais ou menos confortáveis para tratar sobre um determinado assunto em algum lugar específico ou pela diferença da posição do pesquisador em cada um deles. Da mesma forma, a companhia de outras crianças ou a presença de seus pais podem modificar suas respostas. Neste sentido, acredito que a praça ser o lugar delas e não meu, com o qual estavam bastante familiarizadas, deixou-as seguras para falar comigo. Além disso, em alguns momentos percebi que ter um grupo de crianças significava muitas vezes que se estabeleciam entre eles riquíssimas conversas, que teriam sido muito diferentes se eu estivesse sozinha com cada um deles. Outro fator importante a ser considerado é o fato de estarem sem a companhia dos pais ou outros adultos que não eu, que me pareceu ter dado grande liberdade para que as crianças pudessem se expressar livremente.

É importante refletir também sobre a minha posição como adulta e pesquisadora e como isso pode ter afetado o que as crianças me diziam. Segundo Alderson (2005), devido à relação de poder entre adultos e crianças, as vozes destas vêm sendo reiteradamente marginalizadas. Isso significa que elas não estão acostumadas a ser ouvidas e levadas a sério por adultos, o que pode levá-las a se sentirem inseguras ou até mesmo a dar respostas que imaginam que o pesquisador quer ouvir. Assim, algumas vezes ao longo da pesquisa me questioneei se as crianças falavam tanto sobre a Bolívia por aquele ser um tema para elas ou se porque achavam que era sobre isso que eu queria ouvir, uma vez que era meu tema de pesquisa.

Apesar dessas inquietações, notei que, após o convite para participar do segundo momento de pesquisa, as crianças assumiram outra postura, apropriando-se dela, querendo me contar cada vez mais coisas sobre suas vidas e experiências na Bolívia e agindo como meus guias dentro da praça. No encontro que se seguiu ao convite, uma delas propôs que nos sentássemos em outro lugar, dizendo: “Aqui é perto dos brinquedos e passa muita gente, vai ser um bom lugar” e, quando algumas crianças que convidamos para desenhar recusaram nosso convite, lamentou-se: “Que pena, eu não gosto quando tem pouca criança, não tem desenho, não tem pesquisa [...]”. Além do mais, assim que cheguei à praça naquele dia, tomou-me pela mão, arrastando-me pelo espaço, como meu guia, contando-me sobre as barracas e sobre o carnaval que estava acontecendo aquele dia. Essa postura de conhecedores apareceu também em outros momentos, quando, por exemplo, outra delas me diz: “Como nossa mãe não pode

nos dar tanta informação sobre a Bolívia, eu posso te ensinar o dia-a-dia da gente.”; ou quando uma das crianças me diz que estava com tosse e sua mãe lhe deu mel em uma *cuchara* e outra me pergunta: “você sabe o que é *cuchara*<sup>5</sup>?”.

Além disso, por parte das crianças surgiu a sugestão de fazermos desenhos coletivos sobre São Paulo, a Praça Kantuta e a Praia, que foram essenciais para a pesquisa, expondo alguns temas importantes para eles, que foram analisados na dissertação; de mudanças de lugar na praça; de materiais de desenho que eu podia trazer. Em alguns momentos, mesmo com a minha presença na praça, escolhiam não se aproximar, ou ficavam pouco tempo e diziam que iam embora, preferindo fazer outra coisa, escolhendo, portanto, quando e do que gostariam de participar. Aqui destaco dois fatores que considero ter cumprido um papel importante nessa liberdade das crianças. O primeiro, o fato de eu não demonstrar descontentamento e de fato encarar isso como um movimento desejável e intrínseco da pesquisa. O segundo, a construção de uma relação prévia e bastante aberta no cantinho de desenho, antes do início dessa segunda fase da pesquisa.

Outro aspecto importante que diz sobre a relação que as crianças estabeleceram com os métodos de pesquisa apareceu no sentido que deram às fotografias tiradas. A minha intenção ao propor que tirassem as fotos era apenas ilustrativa, ou que ajudassem a suscitar conversas entre as crianças que pudessem me ajudar a acessar temas importantes para eles e suas ideias sobre eles. Porém, ao voltarem com as câmeras com fotos batidas, as crianças afirmaram algumas vezes tê-las tirado como uma forma de recordação ou porque queriam me mostrar algo, apropriando-se assim da proposta que eu havia feito e atribuindo a ela outro significado. Além disso, em algum momento, uma das crianças pediu para que eu lhe devolvesse a câmera para que pudesse levá-la à Bolívia e fazer registros para me mostrar o local, o que demonstra, para além do uso dela como um recurso de registro, a relação dele com a pesquisa e a vontade de expor suas visões sobre o local.

Ainda sobre o uso das câmeras ressalto algumas questões. A primeira vez que levei câmeras para que as crianças fotografassem a praça, eram câmeras descartáveis que tinha comigo e achei que poderiam ser interessantes por serem mais simples de usar. Porém, as crianças, que não estavam acostumadas com este tipo de câmera, ficaram frustradas de não poder ver as fotos naquele momento. Além disso, houve um problema com os filmes, que voltaram completamente velados, sem nenhuma imagem disponível, gerando nova frustração. Levei um filme velado para que as crianças pudessem ver e neste mesmo dia apresentei a elas uma máquina digital, com as quais tiraram novas fotos pela praça. Novamente o uso da câmera trouxe algumas questões, pois as crianças tiveram dificuldades em manusear a câmera que eu tinha disponível. Para tirar a foto, era preciso deixar o botão pressionado por um período longo, e muitas vezes as crianças achavam que tinham batido diversas fotos e voltavam com a câmera vazia.

Baseada nos estudos de Müller (2007), ao pedir às crianças que levassem uma câmera para casa, elaborei algumas instruções, que expliquei para elas e seus pais e enviei por escrito, junto com as câmeras. Estas diziam que as crianças iriam permanecer com as câmeras por uma semana e poderiam escolher levá-las consigo aonde fossem; que tirassem fotos de coisas que lhes fossem importantes ou das quais não gostassem; que as fotos deveriam ser tiradas por eles mesmos e que não deixassem outras pessoas interferir em suas escolhas.

Apesar das instruções, apenas uma das crianças trouxe a máquina na semana seguinte. As outras pediram para ficar com ela mais uma semana, um deles dizendo que não tinha podido tirar muitas fotos, outro afirmando que, como tinha ocorrido antes, não tinha conseguido operá-la. Entretanto, na semana seguinte, os pais do primeiro deles me disseram que ele ainda não tinha conseguido tirar as fotos, e que eles estavam sem tempo para levá-lo para fazer isso. Expliquei que a ideia não era que desviassem de sua rotina para tirar fotos, e sim que ele levasse a câmera consigo aonde fosse, mas eles disseram que ele se esquecia de levá-la e eles também de lembrá-lo. A família da outra criança também repetia a cada semana que tinha se esquecido de trazer a câmera para a praça, desculpando-se toda vez que me encontravam.

Fassetta (2016), ao refletir sobre o uso da fotografia na pesquisa com jovens migran-

tes, propõe que o lugar que as crianças ocupam na sociedade pode trazer algumas questões para o uso da câmera por eles. Segundo a autora, ter a câmera na mão pode fazer com que se sintam em lugar de visibilidade que pode ser incômodo, ou até que tenham vergonha de tirar determinadas fotos. Em sua pesquisa, a autora afirma que apesar dos participantes terem parecido gostar quando ela propôs que usassem as câmeras, alguns sentiram o pedido como uma obrigatoriedade (apesar dela ter deixado claro que eles não precisavam levar a câmera consigo para todos os lugares). Além disso, para evitar a tarefa, segundo a autora, alguns deles tiraram várias fotos da mesma coisa logo antes dela chegar e outros afirmaram que a câmera não funcionou ou tiraram apenas uma foto. Desta forma, fiquei receosa da câmera ter se tornado um incômodo ou uma tarefa para as crianças e suas famílias. Procurei minimizar isso, questionando-os se queriam mesmo permanecer com a câmera por mais tempo, afirmando que não precisavam tirar muitas fotos, e que a ideia não era atrapalhá-los nem que saíssem de rua rotina.

Depois de quatro semanas, consegui receber as câmeras de volta, sendo que na de um havia quatro fotos e na de outro apenas uma. Minha ideia era perguntar a eles sobre as fotos que desejava tirar, mas não consegui, porém um deles não retornou mais à praça e, assim, a última etapa de conversa sobre as fotos tiradas fora da feira foi feita apenas com duas crianças. Mesmo assim, essa etapa mostrou-se muito importante para suscitar novos temas e aprofundar os que já haviam aparecido em outros momentos - a escola, a casa, a percepção da Bolívia e do Brasil e a dupla pertença, o lazer e os sonhos e a relação com a Praça Kantuta.

Outro ponto importante de ser destacado é que, apesar das instruções, duas das crianças apareceram com fotos nas quais eles apareciam, e, portanto, tiradas por outras pessoas. Apesar disso, considerei as fotos na análise e na discussão com as crianças por entender que o fato de quererem aparecer nas fotos no contexto escolhido constituía um fator importante para a análise das fotos, além de considerar que suas falas sobre as fotos eram mais importantes para a pesquisa do que as fotos em si.

## Construindo o papel de pesquisadora

Partindo da ideia de artesanato, escrevo aqui *construindo*, por entender que esse não é um papel dado. Não é porque escrevo um projeto e vou a campo que me torno pesquisadora. Como tudo descrito até aqui, é mais um aspecto sobre o qual precisamos refletir e negociar constantemente. Exponho aqui duas situações que deflagram alguns pontos importantes dessa construção.

Como mencionei antes, um dos objetivos e cuidados da pesquisa era que as crianças pudessem determinar parte de seu rumo, decidir se queriam ou não continuar participando e se sentissem valorizados em seu conhecimento. Para que isso seja possível, já é necessária constante atenção para que nossas ideias e desejos não se imponham às crianças. É preciso abrir mão de certo controle.

Para além disso, tive que me atentar e me questionar diversas vezes sobre minha postura como pesquisadora, tomando cuidado para não deixar que minha ansiedade, algumas de minhas posições pessoais ou papéis sociais interferissem naquele momento.

Em uma ocasião, três meninas brasileiras, moradoras de um prédio próximo à praça, se aproximaram e pediram para desenhar. Neste dia, tínhamos montado o cantinho na calçada, de frente para a praça e na parede atrás de nós havia alguns aglomerados de baratas. Vendo os insetos, uma das garotas diz: "Foram os bolívia que trouxeram as baratas". Apenas um dos meninos participantes da pesquisa estava comigo naquele momento e continuou desenhando, sem nem olhar. Eu respondi, dizendo que achava que não, que barata tem em todos os lugares. Mas a menina insistiu. Senti que sua fala era também uma provocação a mim: "Os bolívia comem barata". Ele permanecia quieto, só eu respondia e ela continuava. Quando percebi, a menina fazia um desenho com nomes de países e nele havia os dizeres: "Bolívia Fede". Outra das meninas disse: "se eu pudesse escolher, aqui no Brasil só teriam brasileiros". Aquela que estava fazendo o desenho dos países começou a lê-lo, repetindo em alto e bom tom: 'Bolívia fede'. Nesse momento não me aguentei e retruquei dizendo que ela não sabia, porque nunca foi. Uma das outras disse que a mãe dela já a levou lá. Eu duvido. Comecei a ser um pouco mais

ríspida e as meninas logo se levantaram e foram embora.

Algumas questões surgiram a partir desse episódio. Para a maior parte delas não tenho respostas, mas as perguntas também servem como guias. A criança que estava comigo passou o tempo todo concentrada em seu desenho, ignorando a fala das meninas, e quem respondeu fui eu. Se eu não tivesse respondido, será que elas teriam parado? Percebi que agi como algumas vezes faço com meus alunos quando estes se provocam, exercendo uma postura de professora, e não de pesquisadora. Porém, em uma situação de pesquisa, qual era o meu papel? Ainda mais quando a criança que está comigo continua agindo como se nada estivesse acontecendo. Uma vez que estava lá como pesquisadora, deveria ter apenas observado a interação entre eles, ficando calada? Não consegui não reagir frente a agressões como estas. Perguntei-me o que ele pensou e sentiu em relação a isso. Assim que elas foram embora, lhe disse que não gostei das coisas que elas estavam dizendo e lhe questionei se isso acontecia muito. “Que coisas?”, ele me respondeu. Retomei algumas delas e ele apenas retrucou: “é, um pouco”, deu de ombros e continuou a desenhar. Perguntei-me novamente se eu deveria ter retomado a situação com ele. Se ele não se manifestou, eu poderia insistir? Será que estava ignorando o fato de que ele não queria falar sobre o assunto, que impunha a ele um assunto doloroso por conta da minha curiosidade de pesquisa? A partir deste episódio passei a pensar sobre como o pesquisador afeta e é afetado pelo campo e como isso pode interferir no processo de análise dos dados, o que constitui um aspecto que merece atenção e cuidados especiais ao longo da pesquisa.

Apesar de toda a dificuldade e questionamentos surgidos a partir desse dia, ele também foi essencial para que eu pudesse pensar a relação das crianças com os brasileiros e com o preconceito, que em nenhum momento apareceu na fala das crianças durante a pesquisa ou em seus relatos sobre a escola, contrastando com os resultados apresentados por outras pesquisas.

O outro episódio se deu na primeira conversa que tive com as crianças na segunda fase da pesquisa. Estava bastante animada e comecei a fazer algumas perguntas (como se eles haviam nascido no Brasil ou na Bolívia) que incitaram uma conversa sobre os dois países e algumas das percepções que tinham sobre eles. Eles também pareciam animados em responder as minhas perguntas, uma vez que se estendiam em seus relatos. Pareciam felizes em me responder e poder contar um pouco de si e de suas percepções. Posteriormente, ao ouvir a transcrição, percebi que antecipei alguns assuntos, além de os ter interrompido algumas vezes durante suas falas, ou ter feito inferências antes que terminassem. Nos encontros que se seguiram, me esforcei para deixar os temas a critério das crianças, escutando mais, embora ainda fizesse perguntas quando queria saber mais sobre alguns temas, entendendo também que a relação que construímos implicava não ser eu uma mera observadora de fora, e sim, participante na pesquisa. Meu interesse estava declarado desde o início e muito provavelmente isso pautou a escolha de temas por parte das crianças em alguns momentos, como mencionei anteriormente; em outros, no entanto, surgiram a partir dos relatos das crianças sobre seu cotidiano e experiências, nos desenhos que fizeram e nas fotografias que tiraram. Além disso, após certo número de perguntas, as próprias crianças se cansaram de tanta conversa e impuseram seus limites, como quando me interromperam em uma conversa, pedindo para desenhar.

## Conclusão

Ao longo deste artigo procurei expor algumas questões referentes à metodologia de pesquisa com crianças e sobre a entrada e permanência em campo, que me acompanharam ao longo da minha pesquisa de mestrado com crianças bolivianas, filhas de trabalhadores da Praça Kantuta em São Paulo.

No pesquisar com crianças e principalmente com crianças imigrantes, a consciência da alteridade e as reflexões sobre ela se impõem de forma categórica, uma vez que ela se apresenta duplamente na tensão entre os opostos criança/adulto e estrangeiro/nativo. As relações de poder e pertencimento, no entanto, não são tão simples e podem se modificar de acordo com o contexto. Ao frequentar a Praça Kantuta, eu, que era nativa, me tornei estrangeira e as crianças, que muitas vezes são vistas como menos sabidas, se tornaram meus informantes.

Mais ainda, estar em campo significa lidar também com o papel de pesquisador e com as tensões e limites que ele carrega. É justamente por essa complexidade que o fazer pensando e a autorreflexão se fazem tão necessários.

Para conhecer esse duplo Outro, é preciso ter consciência de que somos atravessados por nossos próprios olhares e experiências e que, portanto, não é possível obter o “ponto de vista do nativo”, proposto pela etnografia em suas origens. A partir do levar a sério de Ingold (2019) e da prontidão de Mills (Martins, 2013) encontrei uma forma de construir essa troca, pensando em uma diversidade de métodos que permitissem às crianças se expressarem da forma como preferissem e procurando deixá-las confortáveis para que escolhessem não fazê-lo; mais ainda, procurei estar atenta às possibilidades e limitações de cada método, aberta também a que as crianças fizessem sugestões de outras formas de expressão. Daí surgiu a sugestão de fazer os desenhos coletivos, que contribuíram muito para o desenvolvimento da pesquisa, elucidando temas, gerando ricas conversas entre as crianças, além de um maior envolvimento delas com a pesquisa. Desta abertura à troca e à participação das crianças surgiu também uma apropriação e ressignificação das fotografias por parte delas, o que mostrou que os métodos que nós pesquisadores propomos podem ir muito além daquilo que planejamos.

Estar aberto à escuta e à participação é, portanto, um caminhar trabalhoso, constituído por constantes reflexões e disponibilidade para abrir mão de nosso poder como adultos e pesquisadores, mas somente pelo qual é possível construir uma pesquisa com crianças em que o *com* não esteja restrito ao título.

## Referências

- ALDERSON, P. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 419–442, ago. 2005.
- BARTHES, R. **A câmara clara**. Edição: 7ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BITTENCOURT, L. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: LEITE, B. F. E. M. L. M. (Ed.). **Desafios da Imagem**. Campinas: PAPIRUS, 1998.
- CAIUBY NOVAES, S. Corpo, Imagem e Memória. In: MAMMI, L.; SCHWARCZ, L. M. (Eds.). **8 X fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 113–131.
- CHAIM, C. Praça de SP vira “embaixada” da Bolívia. **Folha de São Paulo**, 15 jul. 2001.
- CHRISTENSEN, P. H. Children’s participation in ethnographic research: Issues of power and representation. **Children & Society**, v. 18, n. 2, p. 165–176, 2004.
- COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA DA FEUSP. **PADRÕES ÉTICOS NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO: PRIMEIRO DOCUMENTO**, [s.d.].
- CORSARO, W. A. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 443–464, ago. 2005.
- DUBOIS, P. **O Ato Fotográfico**. Lisboa: Vega, 1992.
- FASSETTA, G. Using photography in research with young migrants: addressing questions of visibility, movement and personal spaces. **Children’s Geographies**, v. 14, n. 6, p. 701–715, nov. 2016.
- FAVARETTO, J. S. **Descolonizando saberes: histórias de Bolivianos em São Paulo**. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012.
- FEIGENBLATT, J. A. **Entre São Paulo e Bolívia: a vida na cidade narrada pelas crianças boliviana-**

nas na **Praça Kantuta**. Dissertação de Mestrado—Faculdade de Educação: Universidade de São Paulo, 2020.

FREHSE, F. A rua no Brasil em questão (etnográfica). **Anuário Antropológico**, n. II, p. 99–129, 31 dez. 2013.

GEERTZ, C. **The Interpretation Of Cultures**. New York: Basic Books, 1973.

GOBBI, M. Desenhos e fotografias: marcas sociais de infâncias. **Educar em Revista**, n. 43, p. 135–147, mar. 2012.

GOBBI, M. A. Mundos na ponta do lápis: desenhos de crianças pequenas ou de como estranhar o familiar quando o assunto é criação infantil. **Linhas Críticas**, v. 20, n. 41, p. 147–165, abr. 2014.

INGOLD, T. Antropologia não é Etnografia. In: **Estar vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição**. Edição: 1 ed. [s.l.] Editora Vozes, 2015.

INGOLD, T. **Antropologia: Para que serve?** Tradução: Beatriz Silveira Castro Filgueiras. Edição: 1 ed. [s.l.] Editora Vozes, 2019.

KRAMER, S. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 41–59, jul. 2002.

MARTINS, J. D. S. **A Chegada Do Estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARTINS, J. DE S. O artesanato intelectual na sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 1, n. 2, p. 13–48, 15 nov. 2013.

MAYALL, B. Conversations with Children: Working with Generational issues. In: CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. (Eds.). **Research with Children: Perspectives and Practices**. London ; New York: Routledge, 2008.

MÜLLER, F. **Retratos da infância na cidade de Porto Alegre**. Faculdade de Educação: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

PEIXOTO, F. A. O olho do etnógrafo. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, n. 2, p. 195–215, nov. 2011.

PUNCH, S. Research with Children: The Same or Different from Research with Adults? **Childhood**, v. 9, n. 3, p. 321–341, 1 ago. 2002.

RASMUSSEN, K.; SMIDT, S. Children in the neighbourhood: The neighbourhood in the children. In: CHRISTENSEN, P.; O'BRIEN, M. (Eds.). **Children in the City: Home Neighbourhood and Community**. London ; New York: Routledge, 2003.

ROBERTS, H. Listening to Children: and Hearing Them. In: CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. (Eds.). **Research with Children: Perspectives and Practices**. London ; New York: Routledge, 2008.

SASSEN, S. **Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy**. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press, 2014.

SILVA, S. A. Festas e tradições bolivianas na metrópole: o caso das devoções marianas. **Domínios da Imagem**, v. 10, n. 18, p. 67–85, 28 abr. 2016.

TIMÓTEO, G. L. S. **Os trabalhadores bolivianos em São Paulo: uma abordagem jurídica.** Universidade de São Paulo: Faculdade de Direito, 2011.

TODOROV, T. **Conquista da América. A Questão Outro.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WEINERT, T. S. **Uma etnografia sobre as práticas de saúde dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo.** Universidade de São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, 2015.

Recebido em 16 de julho de 2020.  
Aceito em 15 de dezembro de 2020.